Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

LICENCIATURA – ECONOMIA/GESTÃO/FINANÇAS

INTRODUÇÃO AO DIREITO

2008/2009 – 2.º SEMESTRE

Nome:_____

Número:_____ Turma:_____ Apreciação:_____

1.º Mini-teste

GRUPO I – Diga qual o ramo ou ramos do Direito a cujas normas se deve recorrer para resolver os seguintes problemas:

1) Os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência.

_____

_____

2) A contribuição autárquica é um imposto municipal que incide sobre o valor tributável dos prédios situados no território de cada município, dividindo-se de harmonia com a classificação dos prédios, em rústica e urbana.

_____

_____

3) A referência das normas de conflitos a qualquer lei estrangeira determina apenas, na falta de preceito em contrário, a aplicação do direito interno dessa lei.

_____

_____

4) Na tentativa de conciliação, ou em qualquer outra altura do processo, as partes poderão acordar no divórcio ou separação de pessoas e bens por mútuo consentimento, quando se verifiquem os necessários pressupostos.

_____

_____

5) Constituem objecto de prova processual todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.

_____

_____

GRUPO II

1) O Direito Natural é o conjunto de regras e princípios superiores ao Direito Positivo, que permitem medir a legitimidade ou a ilegitimidade do Direito Positivo. Identifique **quatro** das funções actuais do Direito Natural.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) O Sistema Anglo-Saxónico é um caso paradigmático de um tipo de sistemas político-jurídico ocidental. Identifique **quatro** das suas características.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

3) Proceda à classificação das seguintes normas jurídicas quanto à estrutura:

a)Art.243.º, n.º3, do Código Civil _____
b)Art.351.º do Código Civil _____
c)Art.1260.º, n.º3, do Código Civil _____
d)Art.1826.º, n.º1, do Código Civil _____
e)Art.1828.º do Código Civil _____

4) A interpretação lógica procura a contraprova do significado literal da fórmula legislativa. Indique **quatro** componentes de análise do elemento histórico.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

5) Diga o que entende por analogia *legis*.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Grupo III – Analise as seguintes situações, justificando as respostas com as normas aplicáveis:

1) Em 2002, Joceline praticou um crime punível com uma pena de prisão até 12 anos. Joceline foi julgada em 2004 a pena máxima. Suponha que em 2007 uma nova lei deixou de qualificar a conduta praticada por Joceline como crime. Será que essa nova lei irá modificar a situação de Joceline? Justifique.

_____
_____
_____
_____
_____

2) Joceline celebrou com Josefa um contrato de locação de um imóvel situado em Chelas, em 2004. Contudo, este imóvel não possui instalação de electricidade. Posteriormente à celebração deste contrato surge uma lei que exige que os senhorios instalem electricidade nas casas locadas. Será que Josefa, dona do imóvel, terá de instalar a electricidade na casa de Joceline? Justifique.

GRUPO IV – Suponha que a Assembleia da República aprovou os seguintes diplomas legislativos: um que cria o Ministério para a Região Demarcada de Colares, sob projecto do Governo; e outro que prevê a suspensão do direito à greve, por um período que 4 anos, relativamente aos trabalhadores do sector dos transportes e das telecomunicações.

1) Identifique o tipo de actos que a Assembleia da República aprovou. Onde terá ocorrido a aprovação destes diplomas? Terá a Assembleia da República competência para legislar nesta matéria? Após a aprovação do diploma pela Assembleia da República, quais as entidades que deverão intervir no processo e qual o resultado provável dessa intervenção?

2) Suponha que os diplomas legislativos são publicados no dia 1 de Abril de 2009. Explique o processo de publicação e de entrada em vigor destes diplomas. Poderão eles vir ainda a ser objecto de fiscalização da constitucionalidade? Justifique.

3) Suponha que os actos legislativos da Assembleia da República são publicados sem referenda ministerial do Primeiro-Ministro. O que sucederia? Caracterize esse acto de desvalor legislativo e identifique outros que podem suceder durante o processo legislativo.

Prova individual, sem consulta, salvo de legislação adequada.

Cotações:

Grupo I – 4,0 valores (0.8 valores cada questão);

Grupo II – 5,0 valores (1,0 valor cada questão);

Grupo III – 4,0 valores (2,0 valores cada questão);

Grupo IV – 7,0 valores (3,0 valores + 2,5 valores + 1,5 valores).

Bom Trabalho!